

Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social*

Por Ney Luiz Teixeira de Almeida**

Tomando por base as profissões liberais e aquelas que atuam no âmbito do aparato estatal prestador de serviços, cuja formação de quadros profissionais exige uma instrução de nível superior, ao Serviço Social pode ser conferido certo destaque por ter conseguido forjar, com certa regularidade, ao longo de sua história, uma série de procedimentos de registro e avaliação das suas atividades. Desde os livros de ocorrência, passando pelos relatos das suas abordagens individuais ou grupais, até as reuniões de equipe, a profissão, durante anos, se ocupou minimamente de produzir informações e organizar processos em que a sua “prática”, ainda que não unilateralmente, pudesse se constituir em objeto de reflexão.

Esta regularidade, contudo, esteve longe de sedimentar uma postura que atravessasse a história do Serviço Social com a mesma intensidade e relevância. Da mesma forma, esteve muito distante dos processos de demarcação de preocupações investigativas que requeressem a mobilização e o domínio de um conjunto razoável de instrumentos e aportes teórico-metodológicos, tal como ocorre entre os profissionais pesquisadores das diversas áreas das chamadas ciências sociais. Concluindo, não conseguiu, contudo, o Serviço Social forjar uma cultura profissional que se alimentasse diretamente, ou que indicasse um papel de destaque, às atividades investigativas, particularmente aos processos de sistematização do seu trabalho, tomado integral ou parcialmente segundo um variado leque de enfoques.

* - Este texto toma por base algumas reflexões produzidas por ocasião do “Curso de Extensão sobre sistematização da prática profissional em Serviço Social”, que organizamos e ministramos em setembro de 1995 na Faculdade de Serviço Social da UERJ como atividade ligada ao “Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social”, e que foram inicialmente organizadas e divulgadas junto aos seus participantes num pequeno texto denominado “Significado da sistematização da prática para o Serviço Social”. Ele foi originalmente publicado na Revista Em Pauta da Faculdade de Serviço Social da UERJ número 10 em 1997. Em função dessa edição se encontrar esgotada resolvemos atender à solicitação de que o mesmo fosse novamente publicado. Contudo em função de sua estrutura se reportar a um momento particular da trajetória do Serviço Social, optamos por não produzir uma atualização mais profunda de forma que não alterasse a abordagem inicial.

** - Professor assistente do Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco. Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

Podemos elencar, dentre as questões que ajudaram a determinar este tipo de cultura profissional, algumas diferenças significativas no percurso de amadurecimento intelectual da profissão, especialmente se considerarmos o debate produzido acerca do próprio significado social do Serviço Social. As diferenças de rumo e de sustentação teórica que o debate sobre o Serviço Social tomou no Brasil e na América Latina nos últimos vinte anos tornam-se ilustrativas, neste sentido.

É inegável o avanço intelectual deste debate no Brasil, principalmente no que diz respeito: ao enfrentamento do significado social da profissão (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), a sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 1994 e NETTO, 1992), a sua atuação no âmbito das políticas sociais (FALEIROS, 1980 e SPOSATI *et alii*, 1985) e à questão teórico-metodológica (FALEIROS, 1985 e ABESS, 1989).

Por outro lado, se o debate latino-americano não foi tão fecundo ou profundo sobre esses temas, foi inegavelmente mais direcionado para os processos de condução e sistematização da “prática” profissional. Não se trata aqui de opor de um lado um debate de cunho mais teórico e de outro um debate sobre o que se tem denominado comumente de “prática”. Destacamos, apenas, que as ênfases foram diferentes e trouxeram implicações importantes tanto para a compreensão do Serviço Social enquanto profissão quanto para a construção de procedimentos de sistematização de suas atividades profissionais.

Desta forma, o Serviço Social ao passo que foi capaz de forjar certas rotinas e procedimentos de registro de suas atividades prático-interventivas não conseguiu, porém, imprimir aos mesmos a marca de um esforço de sistematização, quer da realidade social como das respostas profissionais formuladas que determinam a sua atividade profissional, o seu trabalho em sentido amplo.

Para tomarmos apenas dois exemplos, dos limites deste processo empreendido pelo Serviço Social, vale dizer que muitas vezes os registros acabam se transformando numa peça a mais na burocracia dos estabelecimentos onde atua o assistente social e que as reuniões de equipe tendem a perder sua objetividade frente à ausência de outros instrumentos necessários aos processos de avaliação e reflexão de seu trabalho.

A “sistematização da prática” para o Serviço Social encerra, contudo, diversos significados. Tomando por base as produções do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS, 1983), percebemos que ela engloba não só os procedimentos investigativos que demarcam a ação profissional como objeto de reflexão. A sistematização da prática foi entendida pelo CELATS como todo o processo de organização teórico-metodológico e técnico-instrumental da ação profissional em Serviço Social. Neste sentido, a preocupação com a sistematização se inicia com a própria delimitação dos referenciais que orientarão a eleição dos aportes teóricos, da condução metodológica, da definição das estratégias de ação, do reconhecimento do objeto da intervenção profissional, assim como de seus objetivos e da avaliação dos resultados alcançados.

A preocupação com a “sistematização da prática” tornou-se mais familiar e presente entre nós em função de uma das exigências da formação profissional: a elaboração da monografia de conclusão de curso. Este importante pré-requisito corroborou decisivamente para que o trabalho do assistente social, mais precisamente os aspectos que envolviam a atuação do alunado nos campos de estágio, se constituísse, com maior freqüência, em objeto de reflexão. Ainda que a monografia de conclusão de curso não encerrasse apenas esta possibilidade, a de circunscrever o processo de investigação ao trabalho do assistente social - evidentemente incluindo aí o processo de aprendizagem realizado pelos alunos através do estágio supervisionado -, ela foi largamente construída nesta direção.

Levando em consideração a literatura produzida pelo Serviço Social é de fácil verificação que ainda é pouco comum as reflexões que resgatam as experiências profissionais realizadas ou em curso, independentemente dos recortes analíticos através dos quais elas foram sistematizadas¹. Esta preocupação se torna mais flagrante justamente em processos investigativos que visam a elaboração de monografias, não só as de conclusão do curso de graduação como as dos cursos de pós-graduação².

1 - Uma das poucas reflexões sobre práticas conduzidas pelo Serviço Social sistematizadas e publicadas refere-se ao desenvolvimento da experiência de Belo Horizonte, cuja sistematização proporcionou um rico debate metodológico. Ver SANTOS (1987).

2 - Vale recuperar observação feita por NETTO (1996), à respeito do levantamento realizado pela Professora Nobuco Kameyama (UFRJ) sobre as dissertações de mestrado e teses de doutorado em Serviço Social, em pesquisa recém

Longe de recuperar velhas polêmicas como a que se discute se possui ou não o Serviço Social uma teoria própria, a sistematização de sua atividade profissional se constitui numa etapa fundamental das elaborações teóricas dentro da profissão. Netto, ao recuperar este debate indica duas possibilidades de entendimento e significação da “sistematização da prática” profissional, relacionadas a dois tipos de entendimento do Serviço Social: primeiro, “como profissão cujo fundamento elementar é um espaço sócio-ocupacional circunscrito pela divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa consolidada e madura”; segundo, “como profissão cujo fundamento elementar é um corpus teórico e metodológico particular e autônomo”. Vejamos:

Na primeira alternativa, a sistematização (da prática) aparece como uma dupla requisição: de uma parte, é a condição para otimizar a própria intervenção prática, organizando e generalizando a experiência dos assistentes sociais e cristalizando pautas de procedimento profissional, reconhecidas como tais e transmissíveis via formação institucional; de outra, e fundamentalmente, é o passo compulsório para a fundação profissional, viabilizando o “recorte” de um “objeto” em função do qual a elaboração teórica desenvolveria o seu movimento de constituição de um saber específico. (1989: 150).

A geração de uma série de dados primários, particularmente ligados às condições de vida e de reprodução da população, à implementação cotidiana das políticas sociais, aos traços culturais e político de diversos segmentos sociais, é facilmente reconhecida no trabalho do assistente social. Estes dados, todavia, podem passar anos sem serem trabalhados, ou mesmo virem a ser utilizados por outros profissionais em atividades de cunho investigativo. O esforço de sistematização como um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa. Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes

concluída: **“Esses dados estão sendo objeto de análise e qualquer inferência, feita agora, é muito provisória; de qualquer forma, é denotar o peso das preocupações com a ‘internalidade’ do Serviço Social: 230 trabalhos (31% do total) incidem sobre a prática e a formação profissionais; se a ele agregarmos os referidos à história profissional (42), teoria e método (45) e instrumentos e técnicas (23), a cifra chega a 330 (44,5% do total).”** Ainda que não tenhamos condições de afirmar que todos, ou parte substantiva desses trabalhos expressem processos de sistematização da prática, com certeza eles reiteram nossa observação de que é entre as monografias que “a preocupação com a prática profissional” mais se manifesta na delimitação dos objetos de estudo.

dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias. A sistematização no trabalho do assistente social é antes de tudo uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão, condição social e institucionalmente reconhecida para a formação de quadros nesta profissão.

Situamos também, dentre o leque de questões que valorizam a sistematização como um momento importante do trabalho do assistente social, a sua dimensão realimentadora da própria condução de seu trabalho. Para além da construção coletiva da história da atuação profissional que este processo também encerra, ressaltamos aqui seu impacto mais imediato: a reflexão sobre alguma dimensão da atividade profissional favorecendo um reordenamento desta experiência. Neste caso, podemos ter, por exemplo, uma reflexão sobre certos instrumentos de trabalho, sobre a pertinência dos mesmos aos objetivos propostos e ao aporte teórico-metodológico utilizado, assim como a experimentação de novas técnicas, não como opções restritas ao âmbito das opções metodológicas, mas como possibilidades ancoradas nas tensões entre o projeto e as opções profissionais, com suas nuances éticas, políticas e teórico-metodológicas, e a dinâmica da produção e da reprodução social que determinam as condições efetivas de nosso trabalho.

A sistematização possui, ainda, um outro significado importante para a profissão, que é a sua contribuição nos processos de conquista de uma maior autonomia do Serviço Social no âmbito dos estabelecimentos onde atua. A maior e mais constante visibilidade da atividade profissional do assistente social sempre se constituiu num ponto de tensão para a própria profissão como na sua relação com a população e os demais profissionais. Neste sentido, a sistematização de seu trabalho não só auxilia o próprio reconhecimento pelo Serviço Social dos limites, dos avanços e da contribuição efetiva de sua atuação, como pode se tornar um componente importante de sua visibilidade social e institucional.

Poderíamos enumerar, ainda, uma série de significados importantes do processo de sistematização de sua atividade profissional para o Serviço Social, contudo, dois se inscrevem

dentro das referências que vimos apresentando até então. O primeiro diz respeito a sua inscrição no trabalho do assistente social³ e no processo de trabalho institucional do qual participa, ou seja, fazendo parte da própria dinâmica da profissão ou da instituição⁴ e não sendo visto como uma atividade esporádica, um apêndice. A implicação mais expressiva que esta perspectiva acentua é a possibilidade de incluirmos dentre as ações que nos levam a tentar superar a alienação que atravessa nosso trabalho, uma postura crítica, embasada teoricamente e que regularmente toma os rumos dado à ação profissional, assim como os seus resultados, como objeto de reflexão.

O segundo, é que estaríamos consolidando um trabalho que imputaria uma nova dimensão às tradicionais formas de registro da atividade profissional, superando uma lacuna histórica no Serviço Social, e, há muito, reclamada: a ausência de socialização das experiências profissionais. Para que esta ausência não seja substituída apenas por relatos descritivos das atividades cotidianas, faz-se necessário um processo de sistematização das mesmas, ou seja, um resgate de experiências que seja ilustrativamente rico dos procedimentos mobilizados como problematizadores das questões relativas ao exercício profissional, alçando a socialização da experiência a um patamar de discussão que contribua tanto para o amadurecimento intelectual como para o maior reconhecimento social do Serviço Social.

Todo esforço no sentido de reconhecer a sistematização como uma dimensão constitutiva do trabalho do assistente social encerra um conjunto de investimentos de diversas ordens: teórico-metodológico, ético-político, técnico-instrumental e, sobretudo, sócio-ocupacional. Não estamos aqui imprimindo à atividade profissional, e ao próprio assistente social, um perfil de trabalhador próximo ao daqueles que atuam nos institutos de pesquisa. Lembramos que a reflexão teórica é um componente significativo do trabalho e da formação do assistente social. Ressaltamos, na verdade, que o trabalho do assistente social deve ser necessariamente atravessado por procedimentos investigativos. Esta discussão não é nova no

3 - Para um melhor entendimento da extensão e particularidades dessa inserção ver ALMEIDA (1995) e FRANCISCO & CARDOSO (1995).

4 - Referimo-nos aqui à possibilidade desta dimensão não ser apenas constitutiva do trabalho do assistente social, mas de um trabalho coletivo realizado por profissionais com diferentes formações.

Serviço Social⁵ e nos remete a compreensão da unidade que existe entre investigação e ação na condução teórico-metodológica e técnico-instrumental da ação profissional. Desta forma, a sistematização deve ser tomada como um reconhecimento e, mesmo, como uma incorporação ao cotidiano profissional da dimensão investigativa que o nosso trabalho encerra.

Do ponto de vista mais operacional, um investimento desta ordem implica em alguns pressupostos. O esforço de sistematização determina, portanto, alguns caminhos, algumas trilhas a serem observadas. Salientamos inicialmente que, explicitamente ou não, um esforço de sistematização do trabalho do assistente social, assim como a própria reflexão produzida nesta direção, informa uma dada concepção de profissão. O exame de certos objetivos, a discussão sobre o referencial teórico-metodológico, a análise sobre a maior ou menor autonomia do trabalho do assistente social no âmbito da organização do processo de trabalho coletivo, ou seja, qualquer investimento crítico-investigativo não escapa da demarcação de uma concepção de profissão, possa ela ter sido explicitada ou não num projeto de intervenção, ou de investigação, num relatório, num texto, ou em qualquer forma de registro do trabalho dos assistentes sociais. É praticamente impossível nos propormos a uma reflexão sobre a atividade profissional sem mobilizarmos uma certa referência compreensiva acerca da mesma.

Um segundo pressuposto é o de que todo trabalho profissional tem uma direção política, ética e teórica. Estando estas referências explicitadas ou não num projeto de atuação, a ação profissional possui sempre objetivos - ou se presta a alcançar alguns - ainda que sejam os do próprio estabelecimento onde o assistente social atua, tenha ele consciência disto ou não⁶. Daí a importância de que o processo de sistematização recobre criticamente estes objetivos, o que ocorre independentemente da problematização que se proponha. Assegurar como parte da análise do trabalho do assistente social a sua referência aos objetivos propostos e a um projeto que o orientou, é de fundamental importância neste processo, visto

5 - Indicamos para um enriquecimento deste debate e para a ampliação dos horizontes sobre o significado da pesquisa para o Serviço Social as reflexões contidas no Cadernos ABESS n° 6 (1993).

6 - IAMAMOTO (1994) nos fornece um quadro de explicação interessante sobre a prática profissional e as representações e auto-representações dos assistentes sociais, que vale ser revisto.

que a atividade de sistematização envolve preocupações e procedimentos que devem realimentar a condução do trabalho do assistente social.

Um terceiro pressuposto, embora pareça óbvio demais, e que é de suma relevância para um empreendimento desta envergadura, é a verificação preliminar de que este procedimento investigativo está, na verdade, demarcando o trabalho do assistente social, de sua equipe e, em última instância, o próprio trabalho coletivo, como objeto de reflexão, visto ser impossível separar a atividade de seu sujeito. No processo de sistematização do trabalho profissional há uma importante identificação entre sujeito e objeto de investigação e as implicações desta identificação devem ser observadas em suas várias dimensões: ética, política, institucional e social.

Outro ponto importante, referente a este processo, diz respeito ao arcabouço teórico-metodológico necessário para se elencar e conduzir os eixos problematizadores da reflexão do trabalho profissional. Trata-se, portanto, tanto da definição do referencial teórico-metodológico de análise como da eleição e construção dos instrumentos de coleta e análise de dados e informações. Observamos, neste caso, que pode haver coincidência entre os instrumentos definidos no processo de sistematização com aqueles já mobilizados durante a condução do trabalho profissional, ou não. Como também podemos nos deparar com situações onde os instrumentos de registro do trabalho profissional não foram mobilizados, inexistindo, portanto, um material empírico que dê suporte às atividades sistematizadoras. Neste caso a saída mais comum, porém incompleta, tem sido o resgate oral da experiência, o que determina uma recuperação unidirecional da mesma, necessitando um investimento maior no sentido de se procurar outras fontes de consulta.

A sistematização, portanto, não implica nenhuma dimensão redentora da atividade profissional, mas um recurso que lhe recobra e lhe ressalta sua dimensão crítico-investigativa, a partir da angulação própria que o trabalho profissional adquire enquanto participante de um processo de trabalho coletivo no âmbito das estratégias institucionais de materialização das políticas sociais. Constitui uma dimensão importante do trabalho profissional que favorece uma reflexão contínua de suas respostas sócio-institucionais em suas relações de determinação com a dinâmica do ser social. Trata-se de um recurso que permite imprimir ao

cotidiano, assim como a empiria que dele emerge nos procedimentos típicos da ação profissional, a possibilidade de serem compreendidos a partir das relações sociais que lhes dão concretude e significado; alçando a condição de um movimento de apreensão da dinâmica social a partir de uma inserção real e efetiva e da necessidade de se construir alternativas profissionais, determinadas no âmbito de um trabalho coletivo, na trama institucional onde se materializam dimensões constitutivas da dinâmica da sociedade, da relação entre produção e reprodução social.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Considerações iniciais para o exame do Processo de Trabalho do Serviço Social**. Em Pauta-Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, novembro de 1995. n. 6.

CELATS. **Guía de la sistematización de la pratica**. Lima: CELATS, 1983.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1985.

FRANCISCO, Elaine Marlova; CARDOSO, Isabel Cristina C. **O Processo de Trabalho do Serviço Social**. Em Pauta-Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, novembro de 1995. n. 6.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

NETTO, José Paulo. **Notas para a discussão da sistematização da prática em Serviço Social**. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez, 1989. n. 3.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social** - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SPOSATI, Aldaíza *et alii*. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1985.

VVAA. **Cadernos ABESS**. São Paulo: Cortez, 1994. n. 6.